

# A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID-19 NO BRASIL

*Éder Rodrigo Gimenes<sup>1</sup>*

<sup>1</sup> Docente do Curso de Bacharelado em Serviço Social, Doutor em Sociologia Política, EAD/Universidade Cesumar – UNICESUMAR. Pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Participação Política, Universidade Estadual de Maringá - UEM, Maringá/PR. [eder.gimenes@unicesumar.edu.br](mailto:eder.gimenes@unicesumar.edu.br)

## RESUMO

Este trabalho trata de relato de experiência de abordagem imersiva sobre o tema das relações trabalhistas em aula da disciplina “Ciências Sociais” para os cursos de Bacharelado em Administração e de Tecnologia em Processos Gerenciais da EAD da Universidade Cesumar (Unicesumar). Diante do exposto, seu objetivo é expor um relato de experiência da abordagem da temática das relações de trabalho a partir do diálogo teórico da Sociologia com análises empíricas do campo da gestão, diante do contexto da pandemia do Covid-19 no Brasil. Como resultado, destacamos a conformação do conhecimento sobre as modificações decorrentes do cenário de isolamento social, que não produziu, de fato, uma nova normalidade desconectada daquilo que vivenciávamos anteriormente, mas acelerou processos sociais em curso, inclusive no âmbito das relações laborais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação a distância; Relações de trabalho; Gestão.

## 1 INTRODUÇÃO

A pandemia da Covid-19 alterou significativamente a vida em sociedade. Da maneira como nos relacionamos no dia-a-dia à circulação nos espaços públicos, vivenciamos um modo de sociabilidade mediada por recursos tecnológicos, uma vez que a imposição do distanciamento social como ação de governo para tentativa de contenção do avanço do número de contaminações fez emergir ou se fortalecer o contato por meio de redes sociais e recursos via internet.

Nesse sentido, cada um experimentou, ainda que em intensidades e instrumentos diferentes, a utilização mais assídua de aplicativos como Whatsapp, Facebook, Instagram, Telegram, Google Meet e Hangout, dentre tantos outros disponíveis, assim como o ensino presencial migrou para o ensino remoto emergencial. Contudo, essa nova perspectiva de estabelecimento de sociabilidades não se restringiu às nossas vidas particulares, mas afetou também as relações sociais no âmbito do poder público e do trabalho, dentre outros aspectos.

No que tange ao Estado, majoritariamente o ano de 2020 foi dedicado a notícias relacionadas à saúde e questões que tratavam de condições de isolamento, como abertura/fechamento de estabelecimentos de determinados segmentos, números de casos de contaminados pelo novo Coronavírus, ocupação de leitos exclusivos para diagnosticados com a doença e ocupação geral tanto em quartos quanto em unidades de terapia intensiva (UTIs) etc. Desde o início de 2021, a liberação dos lotes com doses de vacinas para a doença continua fazendo da saúde a área mais destacada das políticas públicas municipais. Contudo, para além desse problema latente, há outras questões relevantes a considerar.

É o caso do mercado de trabalho, uma vez que parcela significativa da população mundial foi afetada pela pandemia, sendo que um quantitativo considerável foi demitido e entre os que permaneceram empregados a maioria passou a exercer atividades domiciliares.

Considerada a pertinência da discussão sobre esse tema latente, o objetivo deste trabalho é expor um relato de experiência da abordagem da temática das relações de trabalho a partir do diálogo teórico da Sociologia com análises empíricas do campo da gestão, ocorrida na disciplina “Ciências Sociais” dos cursos de Bacharelado em Administração e de Tecnologia em Processos Gerenciais na modalidade de educação a

distância da Universidade Cesumar (Unicesumar).

## 2 MATERIAIS E MÉTODOS

Considerando os argumentos de Laranjo e Fidalgo (2011) e de Couto e Moreira (2014) acerca de necessidade de valorizar relatos de experiência no campo da educação, nos filiamos à afirmação de Gimenes (2021) acerca da concentração de comunicações científicas com exposição de resultados sobre práticas didáticas especialmente relacionadas à educação infantil e básica (Ensino Fundamental e Médio) e aos cursos superiores de licenciaturas (para formação de professores).

Isto posto, a exposição de relato de experiência decorrente de práticas desenvolvidas em cursos na EAD é relevante à reflexão sobre estratégias passíveis de utilização em distintos cursos para abordar diferentes temas, especialmente em se tratando de assuntos com impacto transversal nas áreas de conhecimento e formação, como a pandemia do Covid-19.

## 3 TRABALHO NA PANDEMIA: UMA ABORDAGEM SOCIAL

O início da exposição da temática por permeado pela contraposição entre duas perspectivas que conformam o contexto das relações sociais na pandemia: mudanças e estabelecimento de novos padrões sociais *versus* aceleração e potencialização de relações sociais já existentes. Nesse sentido, a provocação aos acadêmicos foi no sentido de que a pandemia não necessariamente fez emergir novas formas de sociabilidade, mas acelerou processos em curso, como a utilização da internet para comunicação (em detrimento da “vida real”) e o *home office* (realidade em grandes empresas e no Poder Judiciário brasileiro, por exemplo).

Para problematizar a temática, a exposição de argumentos acerca de aspectos sociológicos do mundo do trabalho partiu de Marx e Engels (1984) e Althusser (1980). Do autor clássico das Ciências Sociais, considerou-se a determinação de classes sociais e a dominação exercida pela burguesia sobre o proletariado, evidenciada desde a II Revolução Industrial (século XIX) e acentuada neste início de século XXI pelo que a coletânea organizada por Reis (2019) aponta como a IV Revolução Industrial, caracterizada pela produção inteligente, a otimização dos trabalhos desenvolvidos por robôs e a substituição dos indivíduos em grande parte das profissões existentes.

Partindo da argumentação analítica de Marx e Engels (1984), Gimenes (2019) destaca haver efeitos recorrentes nas diferentes revoluções industriais, como a crescente especialização das atividades, a elevação da mão-de-obra qualificada, a redução dos postos de trabalho e a precarização de relações de trabalho, especialmente diante de novas modalidades de inserção no mercado de trabalho. Para Althusser (1980), esses efeitos são sempre favoráveis às elites e desfavoráveis aos trabalhadores, pois o Estado se configura como o Estado da classe dominante, em favor de seus interesses políticos e econômicos.

Isto posto, foi trabalhada a definição de precarização do trabalho. Primeiro, em Marques (1997), considerou-se a diferenciação entre trabalho atípico e vínculo formal (estável), a transferência de responsabilidades sobre a qualificação e garantias sociais ao próprio trabalhador e ainda o aumento da competitividade e a busca por novas formas de organização – como as microempresas individuais (MEI), as cooperativas e o trabalho autônomo.

Na sequência, expôs-se as considerações de Vasapollo (2005), que destacou que as relações de trabalho tendem cada vez mais a não ter horários fixos e, por conta da concorrência e desarticulação dos empregados, caminham à redução da integração organizacional. Ainda segundo o autor, na atualidade vivenciamos uma situação limítrofe

entre ocupação e não ocupação, em que categorias tradicionais de trabalho têm sido sobrepostas ao trabalho fragmentado, ao que Franco e Ferraz (2019, p. 845) explicam: “uberização do trabalho representa um modo particular de acumulação capitalista, ao produzir uma nova forma de mediação da subsunção do trabalhador, o qual assume a responsabilidade pelos principais meios de produção da atividade produtiva”.

Em outras palavras, significa que os trabalhadores arcam cada vez com despesas e custos relacionados ao desenvolvimento de suas atividades sem contrapartida financeira ou garantia de direitos equivalentes, permanecendo à disposição de seus “parceiros”, como empresas de transportes de pessoas ou entregas de encomendas.

Com a pandemia, os termos trabalho remoto, teletrabalho e *home office* se tornaram recorrentes, de modo que foi necessário expor suas definições a partir da reforma da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) pela Lei 13.467/2017: trabalho remoto é toda atividade realizada à distância pelo trabalhador; teletrabalho é realizado fora das dependências do empregador, com a utilização de recursos tecnológicos e que não se enquadram na ideia de trabalho externo; e *home office* é modalidade de teletrabalho, desempenhada em casa.

Com a pandemia, acentuou-se a modalidade *home office*, sendo problematizado com os acadêmicos aspectos sociais e trabalhistas, quais sejam: individualização do trabalho, distanciamento social e enfraquecimento das relações sociais e solidárias relacionados ao trabalho, dificuldade em separar e respeitar/ter respeitada a diferença entre tempo de trabalho e de vida pessoal e diluição da força dos sindicatos e da luta dos trabalhadores por direitos.

Por fim, foram apresentados ainda resultados de uma pesquisa que coletou 2.839 respostas de praticamente todas as Unidades da Federação brasileira no ano de 2020 e buscou identificar, para um conjunto de aspectos relacionados ao trabalho, as alterações em decorrência da alteração do trabalho para a modalidade *home office*. Os resultados de Mendes, Hastenreiter Filho e Tellechea (2020) apontam que os respondentes da pesquisa perceberam pouca alteração com relação à sua autonomia no trabalho, à necessidade de adaptação ao trabalho, à organização do tempo de trabalho e à produtividade no trabalho.

Por outro lado, destacaram elevações no tempo dedicado ao trabalho, na quantidade de trabalho, no desenvolvimento de novas competências relevantes para o trabalho, nas habilidades requeridas para o bom exercício do trabalho e na familiaridade com tecnologias para comunicação à distância. Isso significa que tiveram que dedicar mais tempo, realizar mais atividade e capacitar-se para continuar desenvolvendo as tarefas.

Por fim, os resultados apontaram redução da concentração nas atividades e com a postura corporal, o que têm relação com o fato de que a pandemia “prende” em casa famílias inteiras e desencadeou efeitos psicológicos negativos, como quadros de ansiedade e depressão. Ainda, cabe salientar que desde a alteração da CLT os empregadores são obrigados a oferecer informações sobre saúde laboral, mas não são responsáveis pelo cuidado ou assistência aos trabalhadores em *home office*.

Diante desse conjunto de elementos analíticos, a aula foi finalizada com a exposição de uma nova contraposição entre perspectivas: trabalho autônomo e imposições trabalhistas *versus* individualização e concorrência entre trabalhadores.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pandemia acelerou processos sociais, alterando configurações de sociabilidade, cultura, cuidados com a saúde, uso de tecnologias, escolarização e trabalho, dentre tantos outros efeitos já perceptíveis e aqueles que serão identificados a curto e médio prazos. Diante desse contexto, a construção da análise buscou evidenciar que não se trata de vivenciarmos um “novo normal”, mas apenas que alterações que já estavam em

curso foram aceleradas, de modo que não estávamos/estamos preparados para esse conjunto de modificações.

Nesse sentido, destaco a relevância de abordar a temática com acadêmicos dos cursos de Bacharelado em Administração e de Tecnologia em Processos Gerenciais por se tratar de aspecto relevante aos processos de gestão e que se encontra em modificação na atualidade, permitindo relacionar os conceitos e abordagens teóricas e analíticas presentes no material didático e elementos do cotidiano e que surtirão efeito sobre os ambientes profissionais que encontrarão.

Trata-se, portanto, de um relato de experiência relevante tanto ao tema tratado para estes cursos quanto para a reflexão sobre a abordagem de outras temáticas - sob a perspectiva imersiva de proposição de problemas, significações, reflexões e análises para além da conceitualização – e do tema, em específico, para outras formações, como Ciências Econômicas, Serviço Social e Gestão Pública, por exemplo. Assim, tem-se uma abordagem e um tema de pesquisa a desenvolver e refinar, afinal as relações de trabalho continuam em franca e expressiva modificação.

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Editorial Presença, 1980.

COUTO, E. S.; MOREIRA, R. M. Ciências Humanas e educação a distância: um estudo sobre grupos de pesquisa no Brasil. *In*: KENSKI, V. M. (Org.). **Grupos que pesquisam EAD no Brasil**. São Paulo: ABED, 2017. p. 185-205.

FRANCO, D. S.; FERRAZ, D. L. da S. Uberização do trabalho e acumulação capitalista. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 17, 2019. p. 844-856.

GIMENES, É. R. **Utilização de questionário complementar como metodologia ativa no Ensino Superior**: relato de experiência sobre estratégia para ensino de políticas públicas. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Práticas Inovadoras em Educação. Maringá/PR: Unicesumar, 2021.

\_\_\_\_\_. **Estado e políticas públicas**. Maringá/PR: Unicesumar, 2019.

LARANJO, J. C.; FIDALGO, F. S. R. Trabalho docente e tecnologia da informação e comunicação: analisando o processo de informatização de escolas do ensino básico. *In*: 10º Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sudeste, Rio de Janeiro. **Anais...**, 2011. p. 1-12.

MARQUES, R. M. **A proteção social e o mundo do trabalho**. São Paulo: Biental, 1997.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã** (I - Feuerbach). São Paulo: Hucitec, 1984.

MENDES, D. C.; HASTENREINER FILHO, H. N.; TELLECHEA, J. A realidade do trabalho home office na atipicidade pandêmica. **Valore**, n. 5, 2020, p. 160-191.

REIS, F. (Org.). **Revolução 4.0**: A educação superior na era dos robôs. São Paulo: Cultura, 2019.

VASAPOLLO, L. **O trabalho atípico e a precariedade**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.